



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular  
TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL  
Ano Lectivo 2015/2016

**1. Unidade Orgânica**

Direito (1º Ciclo)

**2. Curso**

Direito

**3. Ciclo de Estudos**

1º

**4. Unidade Curricular**

TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL (02323)

**5. Área Científica**

**6. Ano curricular**

3º

**7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre**

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### 8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

#### 9. Créditos

6,00

#### 10. Coordenador da Área Científica

#### 11. Regente

Prof. Doutora ANA BARBARA PINA DE MORAIS DE SOUSA E BRITO

#### 12. Assistentes

Dr. JOÃO ANTONIO SEVERINO RAPOSO

#### 13. Língua de ensino

Português

#### 14. Objectivos Gerais

Promover e incentivar o desenvolvimento das capacidades de investigação, análise, reflexão, crítica, decisão e exposição por parte do aluno, bem como as suas capacidades de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e ainda o seu sentido ético e de justiça material.

#### 15. Objectivos Específicos

Possibilitar ao aluno a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos que o habilitem a:

- a) compreender os princípios, conceitos e institutos fundamentais da teoria geral da infracção penal;
- b) compreender e avaliar criticamente as posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre os diversos institutos e problemas da teoria do crime;
- c) proceder à análise científica e à resolução prática fundamentada dos casos concretos no quadro do sistema constitucional-penal português.

#### 16. Competências a adquirir

Saber identificar e formular, a partir dos casos concretos, os específicos problemas jurídico-penais suscitados;

Saber encontrar, interpretar e utilizar na resolução dos casos concretos o quadro de princípios e normas relevantes.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### **17. Metodologia de ensino**

Privilegiar-se-á o ensino dirigido à problematização, discussão e resolução fundamentada de casos concretos, preferencialmente recolhidos através do recurso às bases de dados de jurisprudência dos tribunais superiores disponíveis na Internet.

#### **18. Conteúdos Programáticos**



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### I. Evolução histórica da teoria geral do crime.

### II. O conceito de acção juridico-penalmente relevante.

1. O conceito causal de acção.
2. O conceito social de acção
3. O conceito final de acção.
4. Outros conceitos de acção.
5. Acção e Omissão.

### III. O facto típico.

1. As várias acepções da palavra «tipo».
2. O tipo legal de crime.
  - 2.1. Os elementos do tipo legal.
  - 2.2 Classificação dos tipos legais segundo os elementos objectivos comuns.
3. Tipo objectivo
  - 3.1. Causalidade e imputação objectiva nos crimes de resultado.
  - 3.2. A posição de garante como elemento dos tipos comissivos por omissão .
- 4.Tipo subjectivo
  - 4.1 A construção do tipo subjectivo.
  - 4.2.O dolo.
    - 4.2.1.O elemento cognitivo do dolo.
      - 4.2.1.1.O erro sobre os elementos objectivos do tipo.
      - 4.2.2.O elemento volitivo do dolo.
      - 4.2.3. As formas de dolo.
      - 4.2.4. Especiais elementos subjectivos do tipo.
    - 4.3. A negligência.
      - 4.3.1. Negligência consciente.
      - 4.3.2. Negligência inconsciente.

### IV. O facto ilícito.

1. Tipicidade e exclusão da ilicitude.
2. A exclusão da ilicitude e os princípios da legalidade e da unidade da ordem jurídica .
3. Princípios gerais da exclusão da ilicitude.
4. Causas de justificação gerais:
  - a) A legítima defesa;
  - b) O direito de necessidade;
  - c) O conflito de deveres;
  - d) A obediência hierárquica;
  - e) O consentimento do ofendido;
  - f) O consentimento presumido;



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

g) Outras.

5. Os elementos subjectivos das causas de justificação.

6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de justificação e sua distinção do erro sobre a existência ou os limites de uma causa de justificação.

7. Particularidades de algumas causas de exclusão da ilicitude nos crimes omissivos.

V. O facto culposo.

1. Teoria da culpa como teoria do sujeito penalmente responsável.

2. Princípio da culpa, culpa como categoria dogmática e como critério de medida da pena.

3. Conteúdo e limites da culpa jurídico-penal.

4. Elementos da culpa jurídico-penal.

5. As causas de exclusão da culpa.

6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de exclusão da culpa.

V. O facto punível (em sentido estrito).

VI. As formas imperfeitas do crime

1. O crime tentado.

1.1. Fundamento da punibilidade da tentativa.

1.2. O «iter criminis».

1.3. Os elementos do facto tentado.

1.4. A tentativa nos crimes por omissão.

1.5. Tentativa impossível.

1.6. A desistência.

2. A comparticipação criminosa.

2.1. Autoria e participação.

2.2. Formas de autoria.

2.3. Formas de participação.

2.4. O art,28º do CP.

2.5.O erro sobre o papel do participante.

2.6.O concurso entre as formas de comparticipação.

VII. Concurso de normas e concurso de crimes

### 19. Métodos de Avaliação

Os elementos de avaliação serão os determinados no Regulamento de Avaliação da Universidade Lusíada. Em especial, será considerada a intervenção oral dos alunos e a realização de dois testes escritos.

### 20. Recursos Didácticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Constituição da República Portuguesa,  
Código Penal,  
Outras leis avulsas em matéria penal,  
Manuais e outros textos doutrinários,  
Jurisprudência penal,  
Powerpoint,  
Internet

## 21. Palavras Chave

Crime  
Acção jurídico-penalmente relevante  
Tipicidade  
Illicitude  
Culpa  
Punibilidade



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 23. Bibliografia Principal

Autor(es): DIAS, Jorge de Figueiredo  
Título: Direito Penal. Parte Geral. Tomo I. Questões fundamentais da doutrina geral do crime.  
Edição: 2.<sup>a</sup> Ano: 2007  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es): ROXIN, Claus  
Título: Strafrecht - Allgemeine Teil, Bd.I  
Edição: 4.<sup>a</sup> Ano: 2006  
Local: München  
Editora: Beck

---

Autor(es):  
Título:  
Edição: Ano: 2005  
Local:  
Editora:

---

### 24. Bibliografia Complementar

Autor(es): STRATENWERTH, Günter  
Título: Strafrecht - Allgemeine Teil, Bd.I  
Edição: 5.<sup>a</sup> Ano: 2005  
Local: Köln  
Editora: Heymanns

---

Autor(es): JAKOBS, Günther  
Título: Strafrecht, Allgemeiner Teil: die Grundlagen und die Zurechnungslehre  
Edição: 2.<sup>a</sup> Ano: 1991  
Local: Berlin  
Editora: Gruyter

---



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL': Ano Lectivo 2015/2016
Autor	Prof. Doutora ANA BARBARA PINA DE MORAIS DE SOUSA E BRITO
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	28-07-2015 16:54:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2016	





UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular  
TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL  
Ano Lectivo 2015/2016

**1. Unidade Orgânica**

Direito (1º Ciclo)

**2. Curso**

Direito

**3. Ciclo de Estudos**

1º

**4. Unidade Curricular**

TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL (02323)

**5. Área Científica**

**6. Ano curricular**

3º

**7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre**

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### 8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

#### 9. Créditos

6,00

#### 10. Coordenador da Área Científica

#### 11. Regente

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA VALDAGUA

#### 12. Assistentes

Dr. JOÃO ANTONIO SEVERINO RAPOSO

#### 13. Língua de ensino

Português

#### 14. Objectivos Gerais

Promover e incentivar o desenvolvimento das capacidades de investigação, análise, reflexão, crítica, decisão e exposição por parte do aluno, bem como as suas capacidades de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e ainda o seu sentido ético e de justiça material.

#### 15. Objectivos Específicos

Possibilitar ao aluno a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos que o habilitem a:

- a) compreender os princípios, conceitos e institutos fundamentais da teoria geral da infracção penal;
- b) compreender e avaliar criticamente as posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre os diversos institutos e problemas da teoria do crime;
- c) proceder à análise científica e à resolução prática fundamentada dos casos concretos no quadro do sistema constitucional-penal português.

#### 16. Competências a adquirir

Saber identificar e formular, a partir dos casos concretos, os específicos problemas jurídico-penais suscitados;

Saber encontrar, interpretar e utilizar na resolução dos casos concretos o quadro de princípios e normas relevantes.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### **17. Metodologia de ensino**

Privilegiar-se-á o ensino dirigido à problematização, discussão e resolução fundamentada de casos concretos, preferencialmente recolhidos através do recurso às bases de dados de jurisprudência dos tribunais superiores disponíveis na Internet.

#### **18. Conteúdos Programáticos**



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

I. Evolução histórica da teoria geral do crime.

II. O ilícito penal: características gerais.

III. O crime doloso, consumado, praticado por um só autor.

1. O facto típico.

1.1. A acção típica.

1.2. O tipo legal de crime.

1.2.1. As várias acepções da palavra «tipo».

1.2.2. Os elementos do tipo legal.

1.2.3. Classificação dos tipos legais segundo os elementos objectivos comuns.

1.2.4. A posição de garante como elemento dos tipos comissivos por omissão.

1.2.5. Causalidade e imputação objectiva nos crimes de resultado.

1.2.6. O tipo subjectivo.

a) A construção do tipo subjectivo.

b) O dolo

c) O erro sobre os elementos objectivos do tipo.

1.2.7. Os crimes agravados pelo resultado.

1.2.8. A exclusão da tipicidade: os casos especiais das acções insignificantes e das acções socialmente adequadas.

2. O facto ilícito: as causas de justificação.

2.1. Tipicidade e exclusão da ilicitude.

2.2. A exclusão da ilicitude e os princípios da legalidade e da unidade da ordem jurídica.

2.3. Princípios gerais da exclusão da ilicitude.

2.4. Causas de justificação gerais:

a) A legítima defesa;

b) O direito de necessidade;

c) O conflito de deveres;

d) A obediência hierárquica;

e) O consentimento do ofendido;

f) O consentimento presumido;

g) Outras.

2.5. Os elementos subjectivos das causas de justificação.

2.6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de justificação e sua distinção do erro sobre a existência ou os limites de uma causa de justificação.

2.7. Particularidades de algumas causas de exclusão da ilicitude nos crimes omissivos.

3. O facto culposos.

3.1. Teoria da culpa como teoria do sujeito penalmente responsável.

3.2. Princípio da culpa, culpa como categoria dogmática e como critério de medida da pena.

3.3. Conteúdo e limites da culpa jurídico-penal.



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- 3.4. Elementos da culpa jurídico-penal.
- 3.5. As causas de exclusão da culpa.
- 3.6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de exclusão da culpa.

### 4. O facto punível (em sentido estrito).

## IV. As formas imperfeitas do crime

### 1. O crime tentado.

- 1.1. Fundamento da punibilidade da tentativa.
  - 1.2. O «iter criminis».
  - 1.3. Os elementos do facto tentado.
  - 1.4. A tentativa nos crimes por omissão.
  - 1.5. Tentativa impossível.
  - 1.6. A desistência.
- 
- 2. A comparticipação criminosa
    - 2.1. Autoria e participação.
    - 2.2. Formas de autoria
    - 2.3. Formas de participação
    - 2.4. O art. 28º do CP.
    - 2.5. O erro sobre o papel do participante.
    - 2.6. O concurso entre as formas de comparticipação.

## V. O crime negligente

## VI. Concurso de normas e concurso de crimes

## 19. Métodos de Avaliação

Os elementos de avaliação serão os determinados no Regulamento de Avaliação da Universidade Lusíada. Em especial, será considerada a intervenção oral dos alunos e a realização de dois testes escritos.

## 20. Recursos Didácticos

Constituição da República Portuguesa  
Código Penal  
Outras leis avulsas em matéria penal  
Manuais e outros textos doutrinários  
Jurisprudência penal  
Powerpoint  
Internet

## 21. Palavras Chave



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Tipicidade  
Illicitude  
Culpa  
Punibilidade  
Crime



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 23. Bibliografia Principal

Autor(es): Dias, Jorge de Figueiredo  
Título: Direito Penal. Parte Geral. Tomo I. Questões fundamentais da doutrina geral do crime.  
Edição: 2ª Ano: 2007  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es): Roxin, Claus  
Título: Strafrecht - AT, Bd.I, (trad. cast. da 2ª ed., Derecho Penal - Parte General, t.I, Civitas, Madrid,  
Edição: 4ª Ano: 2006  
Local: München  
Editora: Beck

---

Autor(es): Carvalho, Américo Taipa de  
Título: Direito Penal. Parte Geral. Questões Fundamentais. Teoria Geral do Crime.  
Edição: 2ª Ano: 2008  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

### 24. Bibliografia Complementar

Autor(es): STRATENWERT, Günther  
Título: Strafrecht - AT: Die Straftat, (trad. cast., da 4ª ed., Derecho Penal, Parte General, 1, ed., Thoms  
Edição: 4ª Ano: 2000  
Local: Bern  
Editora: Carl Heymanns

---

Autor(es): FERREIRA, Cavaleiro de  
Título: Direito Penal  
Edição: 1ª Ano: 1982  
Local: Lisboa  
Editora: Verbo

---



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL': Ano Lectivo 2015/2016
Autor	Profª. Drª MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA VALDAGUA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	30-09-2015 09:02:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 2,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2016	